

ESTUDO PRELIMINAR DA CADEIA DE VALOR DOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE DOS PESCADORES ARTESANAIS DE BARRANCOS, PONTAL DO PARANÁ (PR)

AMANDA CRISTINA FRAGA DE ALBUQUERQUE, ROBERTO MARTINS DE SOUZA,
MARILENA G. DO ROSÁRIO, MAYCON W. DO CARMO VIANA, ROGER F. GONÇALVES,
STEPHANY DE C. ROSA, YAGO R. REDEDE, LARISSA DA S. MOLLER, BRAYAN MELO,
JAIR CRIS S. DA SILVA, CRISTIAN DO NATO, DAMIR S. DA SILVA, FLORISMAR DE S. DA SILVA,
JOSÉ SERAFIM DA COSTA, NILSON SERAFIM DA SILVA, CLEONICE SILVA DO NASCIMENTO,
NADIR SILVA DO NASCIMENTO, ATAIR SANTANA DA SILVA, ISMAIL SANTANA DA SILVA

Instituto Federal do Paraná - Campus Paranaguá

<dinhaalbuquerque@hotmail.com.br>, <roberto.souza@ifpr.edu.br>
<mary-gomes12@hotmail.com>, <mayconcarmoviana@hotmail.com>,
<feel-g@hotmail.com>, <teterosa66@hotmail.com>, <yagorr_8@hotmail.com>,
<laryssa_moller@hotmail.com>, <brayanwmelo@gmail.com>, <cleonice.s.n@hotmail.com>

Resumo. O trabalho teve como temática a promoção de cadeias de valor de produtos da sociobiodiversidade na comunidade de pescadores artesanais de Barrancos em Pontal do Paraná, PR. Esse tipo de estudo é incentivado pelo Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, que por intermédio de oficinas específicas dão base à promoção e ao fortalecimento das cadeias de valor com presença de comunidades tradicionais. O objetivo das oficinas se deteve em levantar os produtos da sociobiodiversidade e mapear a cadeia de valor de dois produtos de alta relevância na renda, do camarão e da pescada membeca. O projeto sistematizou a sequência de processos produtivos, operadores, entidades de apoio e órgãos de regulação das duas cadeias, apontando seus limites e desafios na gestão da economia familiar da comunidade. Os resultados dos estudos preliminares apresentam uma situação que contradiz parcialmente o discurso hegemônico de base preservacionista e produtivista, pois os pescadores de Barrancos demonstram uma consciência ecológica no uso comum dos recursos naturais. Assim, denota-se que as cadeias pesquisadas e por consequência os pescadores artesanais sofrem impactos pelas políticas públicas promotoras da pesca industrial, pela criação de unidades de conservação de uso integral e pelo atual ordenamento pesqueiro.

Palavras-chaves: Pescadores artesanais. Cadeia de valor. Produtos da sociobiodiversidade. Economia familiar. Desenvolvimento local sustentável.

Abstract. The work had as its theme the promotion of the value chains of products of the sociobiodiversity in artisanal fishermen community of Barrancos in Pontal do Paraná, PR. This type of study is encouraged by the National Plan for the Promotion of the Sociobiodiversity Products Chains, that through specific workshops helps promote and strengthen the value chains with presence of traditional communities. The objective of the workshops was to identify the socio-biodiversity products and map the value chain of two highly relevant products in income - shrimp and hake Membeca. The project systematized the sequence of processes production, operators, supporting organizations and regulatory bodies of the two chains, and was appointed the limits and challenges in managing the household economy of the community. The results of preliminary studies show a situation that partially contradicts the hegemonic discourse of logic, preservationist and productivist, because the fishermen of Barrancos demonstrate an environmental awareness in the common use of the natural resources. Thus, it can be noted that the chains surveyed and therefore artisanal fishermen are impacted by public policies promoting industrial fishing, by creation of conservation units of integral use, and by current fisheries management.

Keywords: Artisanal fishermen. Value chain. Products sociobiodiversity. Family economy. Sustainable local development.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil existem aproximadamente 957 mil pescadores artesanais, dos quais a produção equivale a 45% do total do pescado anual do país (MPA, 2011). Já no litoral do Paraná toda a produção de pescado se deve aos 10.000 pescadores artesanais estimados pelo MOPEAR¹. Sendo que no município de Pontal do Paraná existem em torno de 551 famílias de pescadores artesanais em 23 comunidades tradicionais pesqueiras, que em 2005 produziram 2600 toneladas de pescado, segundo a EMATER (em fase de elaboração)². Os pescadores de Barrancos, na ocasião da pesquisa somaram 36 famílias de pescadores artesanais, ou aproximadamente 120 pescadores. Ou seja, essa modalidade de pesca tem significativa participação na economia tanto das famílias pescadoras, quanto do município de Pontal do Paraná.

Os pescadores de Barrancos são alguns dos pescadores artesanais do Brasil que buscam o reconhecimento dentro da categoria de povos tradicionais e o fortalecimento do território do qual dependem para a realização da pesca. A pesca artesanal é para além de uma atividade econômica, um modo de vida, reconhecido pela legislação na categoria de povos tradicionais (Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007). Entretanto, esse direito só será conquistado com a luta pela construção identitária, processo já iniciado, por exemplo, pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR).

Para os pescadores artesanais a relação entre a pesca e a natureza se dá diferente de outros tipos de pesca, particularmente da industrial, tanto que a organização social e da atividade dependem diretamente de aspectos naturais relacionados aos conhecimentos tradicionais, e a capacidade de permanência e tecnologia de que dispõem para a pesca. Como apontam também trabalhos semelhantes ao de Pereira e Diegues (2010), diferente da pesca industrial, as práticas tradicionais dos pescadores artesanais implicam na maioria das vezes na conservação dos recursos naturais, o que pode ser apoiado pela comparação entre os impactos de produção dos dois tipos de pesca, devido às diferenças entre equipamentos e técnicas.

Mesmo com estas diferenças entre os tipos de pesca não há em todas as regiões do Brasil total distinção de tratamento delas. No litoral do Paraná existe ainda a visão de que a pesca artesanal e a industrial geram o mesmo risco ao meio ambiente, e, assim, limitações estão sendo impostas igualmente as duas, porém com

maiores consequências aos pescadores artesanais. Situação que vêm acontecendo, por exemplo, com a delimitação de área para a pesca pela criação de áreas de proteção ambiental e por algumas políticas públicas voltadas à pesca - milha náutica instituída pela Instrução Normativa MMA nº 29, de 6 de dezembro de 2004 e o Parque Nacional Marinho de Ilha dos Currais instituída pela Lei nº 12.829, de 20 de junho de 2013.

Somando-se a isto, a pesca artesanal no Paraná se encontra limitada por efeitos antrópicos sobre os recursos naturais, como a catástrofe da explosão do navio Vicuña em 2004, e a competição desigual com a pesca industrial. Barcos pesqueiros de maior porte de outros estados adentram na área de pesca dos pescadores artesanais e capturam os recursos pesqueiros em proporções maiores, o que resulta em sérios efeitos aos estoques, como indicado por pescadores no trabalho de Andreoli (2007).

Em vista destes desafios impostos a comunidades de pescadores artesanais, e no caso específico da comunidade de Barrancos, o presente trabalho teve como temática a promoção de cadeias de valores de produtos da sociobiodiversidade³ na comunidade de pescadores artesanais de Barrancos, Município de Pontal do Paraná. Esse tipo de estudo vem sendo incentivado desde 2009 pelo Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), que por intermédio de metodologias específicas dão base à promoção e ao fortalecimento das cadeias de valor em que existe a forte presença de comunidades tradicionais.

Os pescadores de Barrancos ao fornecerem, durante as oficinas da sociobiodiversidade, as informações sobre a cadeia de valor de produtos específicos - camarão branco (*Litopenaeus schimitti*); camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) e pescada membeca (*Macrondon ancyllodon*) - iriam viabilizar o conhecimento acerca dos entraves da atividade e indicações de planos para o aprimoramento da cadeia, possibilitando agregar maior valor ao produto. Além disso, uma cadeia fortalecida poderá garantir que os mesmos continuem tendo acesso à área na qual encontram os recursos naturais, já utilizados há décadas.

De maneira geral pretende-se que o trabalho em questão possa servir como uma ferramenta que colabore com os pescadores artesanais no sentido de mostrar esta face da realidade social e ambiental, ou seja, que é possível realizar um desenvolvimento local sustentável por

¹ Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR).

² Fonte EMATER (Dados não publicados).

³ Bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse das comunidades tradicionais, que promovam a manutenção de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (GIZ, 2012).

meio da pesca artesanal, resolvendo-se com isso a injustiça ambiental. As cadeias de valores de produtos da sociobiodiversidade como em trabalhos anteriores também podem colaborar com proposições aos vários desafios já postos. Espera-se que esse estudo colabore com a superação da visão que se produziu no litoral de que os pescadores artesanais são um risco à conservação dos recursos pesqueiros e, sim, de comunidades tradicionais que dentro da sociedade possuem a sua importância econômica e social, assim como seus direitos, e que estes devem ser respeitados.

2 METODOLOGIA

O estudo começou como parte da disciplina de Economia do curso técnico de Aquicultura no momento em que se abordavam cadeias de valores de produtos da sociobiodiversidade. Como base para estas aulas se utilizou o “Guia Metodológico de Implementação de Oficinas de Promoção de Cadeias de Valor”, material elaborado a partir do método Value Links Biodiversidade desenvolvido pela GTZ (Agência de Cooperação Alemã) e incentivado pelo PNPSB.

A metodologia da Vale Links refere-se a um conjunto de técnicas para promover o desenvolvimento econômico local através do fortalecimento de cadeias de valores de produtos oferecidos por comunidades agroextrativistas. Estas técnicas têm como princípio a atuação efetiva e em conjunto dos diferentes participantes e instituições envolvidos na cadeia dos produtos da sociobiodiversidade, com o intuito de que pela articulação das estratégias de melhoria compartilhadas pelos interesses comuns se alcance o aperfeiçoamento da mesma (GTZ, 2009).

O método é empregado geralmente na forma de oficinas realizadas em três ou mais etapas que se iniciam com a análise da realidade local, uma visão preliminar da situação produtiva do local e das pessoas envolvidas, em seguida pela construção do mapa da cadeia, o qual servirá de elemento de debate para as demais fases. Os próximos passos envolvem o planejamento das ações e acordos para estruturar a cadeia e a formação de grupos de governança que se responsabilizem pela concretização dos objetivos, principalmente, por meio de projetos que darão continuidade as oficinas (GTZ, 2009). Indiferente do número de etapas, vale destacar que a metodologia Value Links Biodiversidade se aplica de forma contínua e com constante atuação dos atores da cadeia, mesmo que o processo se inicie por meio de facilitadores⁴ a continuidade depende dos atores que devem manter o monitoramento e os replanejamentos.

⁴Profissionais com conhecimento das oficinas da sociobiodiversidade, geralmente extensionistas.

Em meio às aulas teóricas de mapas de cadeia valor de produtos surgiu a oportunidade de articular conhecimentos técnicos com tradicionais através de um estudo preliminar de cadeia de valor na comunidade de pescadores artesanais de Barrancos, o que promoveria um enlace entre a pesquisa, o ensino e a extensão. Os primeiros contatos ocorreram no mês de julho de 2013 por intermédio do professor coordenador⁵ da disciplina de Economia do Curso de Aquicultura do IFPR, que visitou a comunidade para apresentar a proposta sobre estudos da sociobiodiversidade local na comunidade.

A comunidade de Barrancos localiza-se no município de Pontal do Paraná (PR), e possui a peculiaridade de ser composta, em sua grande maioria, por pescadores e pescadoras artesanais, que possuem uma economia baseada na pesca do camarão e diversos pescados (robalo, tainha e pescadinha). Uma das principais razões do interesse pelo estudo por parte das lideranças desta comunidade deve-se aos princípios das oficinas da sociobiodiversidade, particularmente o de poder colaborar com a reafirmação da identidade de comunidades tradicionais.

O trabalho realizado com os pescadores artesanais seguiu a mesma linha da metodologia Value Links, mas com modificações devido às limitações de abordagem dos alunos. Uma destas limitações esteve relacionada à impossibilidade de envolver outras instituições e atores de cadeia, fora os pescadores artesanais, nas oficinas, o que dificultou a aplicação da metodologia por completo. Neste sentido a proposta do trabalho se deteve na parte inicial da metodologia Value Links, como análise da realidade local, mapeamento da cadeia e levantamento preliminar de desafios e de possíveis ações que os atendam.

Como a continuidade do método depende da articulação dos demais atores, o restante dos passos não estava incluído no estudo. Mas ficou o compromisso de entregar o produto do trabalho para a comunidade na forma de um relatório de pesquisa, inclusive os dados base coletados em registros de fotos, tabelas e imagens. Relatório que poderá garantir tanto a soberania das informações e autoria da publicação na comunidade quanto servir de material de apoio para futuros trabalhos que visem também reafirmar a identidade de pescadores artesanais associando a diversidade de pescados ao território pesqueiro tradicionalmente utilizado pela comunidade.

Durante as oficinas os estudantes seguiram as orientações do guia metodológico para facilitadores, ou seja, forneceram o maior espaço possível para que os pesca-

⁵Prof. Roberto Martins de Souza, coordenador deste componente curricular a partir de 2013.

dores levantassem suas experiências e conhecimentos sobre os assuntos, pois os atores da cadeia devem ser os protagonistas no processo. Elas foram todas realizadas dentro da comunidade em datas pré-estabelecidas com os pescadores para não prejudicar as suas atividades rotineiras, e os mesmos se propuseram a convidar os interessados.

A primeira oficina de sociobiodiversidade ocorreu no dia 11 de setembro de 2013 e teve como finalidade levantar informações referentes à realidade da comunidade e dos processos produtivos da pesca. Após as apresentações dos alunos e dos participantes, e da descrição do objetivo das oficinas, conversou-se com eles sobre temas como “o que é ser um pescador artesanal naquela comunidade”, bem como as dificuldades enfrentadas para realizar suas práticas tradicionais, para compreender como eles se definem, quais suas práticas e conflitos socioambientais, ou seja, uma aproximação com a realidade social e ambiental.

Para o encaminhamento da atividade foi posto no início o papelógrafo na parede organizado como uma tabela em que seriam colocados os principais dados levantados pelos pescadores. Esta tabela foi o método empregado para a decisão da cadeia que seria promovida ao longo do estudo, uma forma de resumir e deixar evidente determinados dados. Na tabela seriam listados todos os produtos da sociobiodiversidade da comunidade, na primeira coluna, e a partir da visualização mais detalhada de dados específicos, nas demais colunas, e por seguinte a uma análise conjunta com os produtores se elencaria o produto extrativista.

A metodologia Value Links recomenda que a decisão da cadeia parta dos próprios agentes, mas que para isso eles se atentem, por exemplo, aos produtos que dedicam mais tempo durante o ano e quanto eles representam em sua renda anual. Desta forma foi posto na tabela a coluna finalidade e importância na renda. No requisito finalidade os pescadores separaram as espécies que eram para consumo, venda ou para os dois fins, o que eles definiram principalmente pela disponibilidade do produto ao longo do ano e das exigências do mercado, por exemplo, espécies sem demanda eram usadas apenas para consumo e espécies com alto valor só para venda. Esta abordagem também foi utilizada na coluna importância na renda, na qual decidiram por utilizar como índice de avaliação números de 1 a 10, assim, os produtos que recebiam valores baixos de 1 a 3 eram os que praticamente não eram utilizados para comércio, seja por não possuir demanda no mercado ou por ter disponibilidade baixa durante o ano, ou seja, a sua pesca ocorre com menos frequência. Produtos que eram só para consumo, de acordo com o julgamento

deles recebiam avaliação “0” por não ter representatividade na renda, para os valores mais altos eles consideraram o cruzamento de informações como a pesca mais frequente ao longo do ano com preços altos e demanda constante no mercado.

Pela análise das duas colunas eles definiriam o produto e a oficina daria continuidade, mas, além disso, a hipótese era de que a tabela também contribuisse para associar à diversidade de pescados ao território pesqueiro tradicionalmente utilizado pela comunidade, particularmente cruzando as duas primeiras tabelas, o número de produtos da biodiversidade utilizados, da primeira coluna, e a região em que eles frequentemente são pescados, na coluna localização.

As duas últimas colunas, situação atual e dificuldades, foram a maneira que se encontrou de sintetizar os relatos sobre a visão deles da realidade do processo produtivo, como desafios, dificuldades e oportunidades. Na parte da situação atual, os pescadores sugeriram que fosse em relação a uma situação se comparada a dez anos atrás da pesca de determinado produto, mais especificamente ao que se refere a quantidade de produto ofertada no mar, da frequência com que se consegue pescar ao longo do ano e dos locais ainda disponíveis para se pescar. Pela praticidade decidiram usar os termos aumentou, diminuiu ou não se alterou para avaliar o cruzamento dos requisitos citados, por exemplo, se a pesca de um produto diminuiu por causa da menor disponibilidade no mar, eles colocariam o termo “diminuiu”.

Com os relatos gerados destas duas últimas colunas se esperava que os pescadores pudessem ter uma visão preliminar do futuro do processo de produção de determinados produtos, no sentido de que determinassem os passos seguintes, como investimentos ou outras tomadas de decisões. No que se refere às dificuldades se destacou na tabela os que eles relatavam com mais frequência durante as conversas, relatos que apontavam dificuldades no desenvolvimento da pesca na região ou algo que teria este potencial. A ideia era fazer com que os pescadores visualizassem mais facilmente os gargalos da atividade, por exemplo, situações de limitação para realizar a pesca no território ou o comércio dos produtos, e por seguinte levantassem formas de superações ou novas oportunidades.

Definidos dois produtos da sociobiodiversidade para a elaboração das cadeias se planejou os passos para a próxima oficina. Na segunda oficina, que ocorreu no dia 16 de outubro, o grupo de pesquisa se separou em dois grupos para desenvolver cada qual, uma das cadeias de valor indicadas anteriormente. Seguindo essa formação, os pescadores também foram separados em

dois grupos de acordo com o interesse de cada pescador sobre as espécies indicadas.

A segunda oficina teve como objetivo o mapeamento da cadeia de valor⁶ de dois produtos da sociobiodiversidade, o camarão branco e a pescada membeca, e a discussão dos principais entraves das cadeias em questão e das possíveis formas de superá-los. O mapeamento da cadeia de valor é o principal material produzido através da metodologia Value Links Biodiversidade, pois a partir de uma bem estruturada é possível ter um vislumbre detalhado dos processos produtivos envolvidos, e também dos profissionais e instituições, o que facilita as articulações entre os atores de cadeia e o planejamento de melhorias.

Para desenvolver as atividades da segunda oficina, como orienta a metodologia de Value Links, os dois grupos fizeram o mapeamento das cadeias por meio de uma tabela que todos pudessem visualizar os dados e dar sugestões. Esta tabela (Tabela 1) pode ser dividida em quatro partes: micro, meso, macro e metas. Na parte superior está o nível micro, que se compõe dos processos da cadeia produtiva e dos operadores, neste caso específico, as atividades e os profissionais ligados ao camarão branco ou à membeca. Abaixo fica o nível meso, composto pelos serviços orientados para a cadeia e os prestadores de serviço, como extensionistas. Na parte inferior, o nível macro se refere às intuições de regularização responsáveis por leis e de orientar determinadas ações do processo produtivo, neste caso, principalmente a pesca.

A parte da meta está relacionada às atitudes propostas para a superação de limitações da cadeia que foram citados pelos agentes ao decorrer do mapeamento. No caso deste trabalho, após os pescadores construírem os mapas das cadeias e com as informações que eles disponibilizaram na primeira oficina juntamente com a segunda acrescentou-se ao mapa apenas os desafios e limitações em formas de balões.

Após o segundo encontro, durante as aulas as informações foram organizadas e se elaborou o documento que os alunos se comprometeram a entregar. Todos os resultados inclusive o texto foi apresentado à comunidade em um terceiro encontro. Neste dia por meio de apresentação de slides mostrou-se os dados e resulta-

dos, o que permitiu aos pescadores discutir o que foi apresentado e dar sugestões, e após a finalização do texto ele foi entregue a comunidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira oficina com os pescadores as informações fornecidas pelos mesmos se tornaram a base para a construção da tabela referente aos produtos da sociobiodiversidade (Tabela 1). Esta tabela resume a realidade atual do processo de extração de pescados da comunidade de Barrancos. Por meio dela se identifica quais os principais produtos da sociobiodiversidade que a comunidade utiliza para pescar. Esta comunidade anualmente depende da extração de mais de 25 espécies de pescados diferentes entre crustáceos, moluscos e peixes. Para a Ilha do Mel foram registradas 66 espécies utilizadas como recursos pesqueiros (FUZZETTI, 2007), o que mostra a grande diversidade de produtos da biodiversidade utilizados no Litoral do Paraná.

Como se observa na tabela da sociobiodiversidade, todos os pescados são extraídos em uma faixa de território determinada pelo conhecimento tradicional associado aos petrechos próprios da pesca artesanal. Em razão da pequena capacidade dos equipamentos e petrechos dos pescadores os mesmos não possuem recursos e meios para se distanciar muito da costa ou permanecer muito tempo em alto mar. Tanto que como os próprios pescadores comentam, durante o período de um mês, a pescaria não alcança quinze dias de trabalho, principalmente por causa da fragilidade da embarcação em vista das condições desfavoráveis do tempo. Desta forma, a pesca da comunidade de Barrancos se restringe à área entre a costa do balneário de Barrancos em Pontal do Paraná e a ilha de Currais, cerca de 4 milhas da costa do balneário de Barrancos.

Ao incorporarem em sua atividade econômica diferentes espécies de pescados, equilibram sua renda em períodos de escassez de algumas “qualidades”⁷, visando o autoconsumo e o mercado. Por isso, mesmo espécies que não possuem valor econômico se aproveitam para garantir a segurança alimentar das famílias. Esse é o caso em que os pescadores informam que em algumas práticas de pesca (arrasto) não se consegue controlar o que se coleta com a rede, assim, alguns pescados que não são comercializados acabam sendo capturados, o que ocorre, por exemplo, com a fauna acompanhante do camarão. Como a pesca artesanal serve tanto para comércio quanto para consumo, eles aproveitam espécies, como siri, raia e lula, utilizados para alimentação familiar.

⁷Termo utilizado pelos pescadores de Barrancos para se referirem à espécie.

⁶Cadeia de valor de produto da sociobiodiversidade se refere a uma sequência de processos produtivos, que envolve etapas como a obtenção de insumos (equipamentos e matérias da atividade), a extração do produto, transformações (processos de beneficiamento do recurso extrativista) e comercialização. Cadeia que tem o aspecto de coordenação em conjunto dos diferentes atores da cadeia (operadores, instituições de apoio e reguladoras) e permite planejamentos e ações participativas para a estruturação de uma cadeia que assegure a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios, e que valorize a identidade cultural de comunidades tradicionais (GIZ, 2012).

Tabela 1: Produtos da sociobiodiversidade da comunidade de pescadores artesanais de Barrancos.

Produto	Localização	Finalidade	Imortância na renda	Situação atual	Dificuldades
Camarão Branco e Sete Barbas	A	Principalmente para comércio e em segundo caso para consumo.	8	Diminuiu	1, 2,3
Tainha	C		2		1,2,3,4
Cavala			3		
Pescada Branca	B		3		2,3
Peixe Porco			5		
Pescada Amarela e Membeca			8		
Peixe Porco			5		
Paru, Clariana, Maria Redonda, Parati, Peixe Espada, Bagre, Cação, Betara, Corvina e Peixe Galo		Comércio e consumo	3		
Linguado		Comércio	8		
Robalo					
Raia, Lula e Siri	Consumo		0		
Corrupto	D	Comércio na forma de isca viva	10 (para as famílias que sobrevivem deste pescado)	Não se alterou	

Fonte: Autoria própria. Localização: A - Próximo à costa (condições do tempo favoráveis); Até 3 milhas da costa em direção a Currais (tempo desfavorável); B - Entre a costa e a ilha de Currais; C - Distante da costa, em volta da ilha de Currais; D - Na beira da praia. Dificuldade: 1 - Competição com embarcações maiores do litoral do Paraná; 2 - Poluição e processo de dragagem do porto de Paranaguá impactam os berçários do camarão; 3 - Conflito com a lei da milha náutica e criação do Parque de Currais. 4 - Lei que determina a altura da pesca na

Além disso, mesmo não sendo apresentado nas tabelas, de acordo com os relatos da comunidade, a pesca realiza-se por safra. Segundo eles, na pesca por safra intercalam a pesca de determinadas espécies de acordo com períodos do ano, pois os mesmos possuem noções de épocas de reprodução das espécies e a localização das formas adultas que podem ser capturadas. Este padrão sazonal de captura por pescadores artesanais já foi observado por outros trabalhos, como o de Fuzetti (2007) no qual se relata que a pesca na Ilha do Mel se direciona a duas ou mais espécies-alvos durante cada estação. Chaves e Robert (2003) também associaram esta rotatividade na pesca à sazonalidade de ocorrência das espécies-alvo no litoral sul do Paraná.

Assim, após a realização das práticas tradicionais de pesca existiria um tempo que permitiria aos estoques se renovarem, e em cada novo período de pesca de uma espécie eles conseguiriam encontrá-la novamente, se fosse delimitado um território pesqueiro específico para o uso dos pescadores artesanais. Estas práticas, de acordo com Burda (2007), podem vir a ser consideradas como um manejo apropriado para ambientes tropicais, pois fazem melhor uso da biodiversidade existente e diluem o impacto da pressão pesqueira entre as diversas espécies.

Referente ao comércio dos pescados, os pescadores encontram nessa atividade a principal fonte de renda, particularmente com algumas “qualidades” de pescados que obtêm melhores preços no mercado. Isso acontece com o *Dicentrarchus labrax* (robalo) e o *Paralichthys patagonicus* (linguado), peixes que alcançam bons preços no mercado local. Na Tabela 1 se vê também que alguns produtos, como o camarão e a pescada membeca, servem prioritariamente para comércio. Já espécies como a *Menticirrhus americanus* (betara) e a *Paralichthys brasiliensis* (clariana) são produtos que frequentemente servem tanto para alimentação quanto para comércio.

Apenas espécies da fauna acompanhante⁸ não possuem importância na renda. Produtos como, o *Stephanolepis hispidus* (peixe porco) tem boa captura durante o ano, porém o retorno econômico se comparado ao robalo é inferior, assim sua participação na renda anual se mostra menor. A pesca do *Mugil brasiliensis* (tainha), um produto de safra - pescado apenas nos meses de junho e julho -, antigamente gerava uma boa renda, o que não acontece mais hoje, devido à escassez do estoque pesqueiro dessa espécie. A maioria dos outros produ-

tos que receberam nota três dos pescadores não possui tanta demanda no mercado ou a pesca dos mesmos é de pouca frequência.

Entre os pescadores existem pescas específicas, ou seja, cada pescador artesanal, sua família ou grupo, além de dominar um conjunto de técnicas em comum, desenvolve tipos de pescas específicas de acordo com seus interesses e possibilidade de aquisição de equipamentos e petrechos. Por essa razão, certos pescados têm mais importância na renda para alguns pescadores do que para outros. O *Callichirus major* (corrupto) recebeu nota dez, mesmo não sendo utilizado por alguns pescadores, pois a renda de algumas famílias depende em grande parte da venda do corrupto como isca-viva.

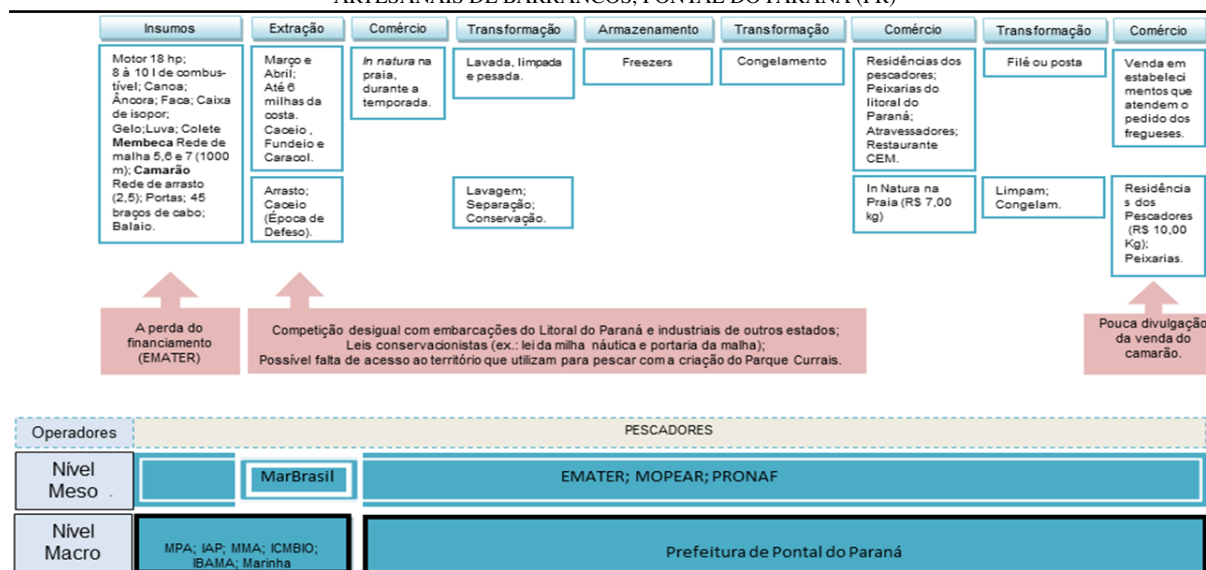
Produtos como a pescada membeca, o camarão branco e sete-barba receberam nota oito (ou 80% da renda anual) na avaliação dos pescadores, no que se refere à composição da renda, principalmente pela disponibilidade durante o ano inteiro e pelo lucro que eles oferecem. Como os pescadores apontaram esses produtos como os mais importantes na pesca da comunidade as cadeias de valores foram construídas a partir dos mesmos.

Por meio das oficinas que se sucederam no período de 3 meses foram levantadas informações para construir tanto a cadeia de valor do camarão quanto da pescada membeca (Figura 1). O principal ponto referente a este esquema está relacionado ao reconhecimento do processo de produção destes dois produtos e dos agentes envolvidos em cada fase da cadeia (GIZ, 2012). Com o levantamento das informações possibilitou-se visualizar a cadeia de valor em todos os seus aspectos, o que permitiu a identificação dos entraves da cadeia de valor desses produtos e, aos pescadores a reafirmação dos conflitos de uso dos recursos essenciais a sua existência como “ponto de crítico” para o estabelecimento de mercados sustentáveis da sociobiodiversidade.

No nível micro do mapa da cadeia construída pelos pescadores está descrito os processos envolvidos na pesca da pescada membeca, na segunda linha da tabela e na terceira, a do camarão. Na primeira etapa (insumo) eles descreveram equipamentos e materiais comuns as duas atividades, como canoa e caixa de isopor, e específicos a cada uma, como as redes. Na etapa seguinte (extração) denota-se novamente a variedade de técnicas e saberes tradicionais da comunidade, pois para cada um dos dois produtos pode se associar mais de uma técnica de extração, o que se associa a capacidade que eles possuem de adaptarem as suas práticas a diferentes recursos pesqueiros e restrições. Em relação às atividades de transformação (processos que agreguem maior valor ao produto) a comunidade realiza processos básicos e

⁸Conjunto de indivíduos, de qualquer tamanho ou espécie, capturados junto com a espécie-alvo de uma pescaria, sem que isso implique obrigatoriamente qualquer relação biológica entre eles (LOPES, 1996).

ESTUDO PRELIMINAR DA CADEIA DE VALOR DOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE DOS PESCADORES
ARTESANAIS DE BARRANCOS, PONTAL DO PARANÁ (PR)



Fonte: Autoria própria.

Figura 1: Cadeia de valor da Pesca membrica e do camarão.

simples, que se restringem a limpeza, congelamento e outros, dependendo da exigência dos clientes. Eles realizam a maior parte da venda in natura na beira da praia ou nas peixarias.

Sobre os processos que envolvem os outros operadores da cadeia que atuam no nível micro não havia dados precisos, por isso os pescadores não souberam dizer o que acontecia com a cadeia do produto a partir do momento em que vendiam para outros. A impossibilidade da presença dos demais atores de cadeia, e consequentemente a falta dos dados dos mesmos foi o que dificultou o mapeamento e também a discussão em relação aos gargalos das cadeias. Por isso, no momento do debate sobre as limitações e possíveis oportunidades não ficou evidente a real situação de todos os processos, por exemplo, os pescadores não demonstraram necessidade de ampliar as técnicas de transformação ou de agregar maior valor aos produtos, segundo eles, até o momento não ocorreu problemas com a comercialização. Porém isto não significa necessariamente que novos investimentos em equipamentos, processamentos e comercialização não deveriam ser feitos, mas pela visão proativa que se espera dos integrantes, na metodologia Value Links da biodiversidade, este seria um bom ponto de debate para partir dos próprios agentes de cadeia.

Não sendo o papel dos facilitadores induzirem de forma obstatante os participantes a abordarem possíveis limitações, o enfoque se manteve em entender as preocupações da comunidade em relação às cadeias. Atual-

mente o que mais preocupa os pescadores artesanais no sentido de limitação da pesca, e consequentemente das cadeias, está relacionado à parte de extração das espécies. Em vários momentos os pescadores comentaram sobre a redução na quantidade extraída. O que pode ser notado na tabela da sociobiodiversidade, na qual a coluna sobre a situação atual da produção em relação há dez anos, indica que o volume de pescado disponível de diferentes espécies, para eles, diminuiu.

A difícil acessibilidade aos produtos da sociobiodiversidade, os pescadores levantaram causas como a própria poluição e impactos das atividades portuárias de Paranaguá sobre os berçários naturais, e abordaram a questão da disputa pelo território em que tradicionalmente pescam, particularmente pelo conflito com a milha náutica, a criação do Parque Nacional de Currais e a pesca industrial.

Igualmente aos pescadores na pesquisa de Andreoli (2007) e Fuzetti (2007), em Barrancos relatam a diminuição da quantidade de recursos pesqueiros e que algumas espécies desapareceram ou estão desaparecendo da região. De acordo com a Instrução Normativa MMA n.º 5, de 21 de maio de 2004 alguns recursos utilizados em Barrancos estão sobre-explotados (corvina - *Micro-pogonias furnieri*; pescadinha - *Macrodon ancylodon*; tainha *Mugil spp.*) e outros colapsados (bagre - *Genidens barbatus*; cação-viola - *Rhinobatus horkelii*).

A alteração da biodiversidade e ambientes costeiros pode se associar aos impactos da poluição pelo porto

de Paranaguá, por exemplo, pelo escoamento de produtos agrícolas do porto (FRANCO, 2004 citado por FUZETTI, 2007). Outros trabalhos também associaram este desequilíbrio à poluição por acidentes do porto, como o rompimento de um duto da Petrobrás e vazamento de óleo diesel em um afluente do Rio Nhundi-aquara em 2001, o choque do navio petroleiro Norma chocou-se em uma rocha na baía de Paranaguá que provocou o vazamento de nafta em 2001 e a explosão do navio tanque Vicuña no Porto de Paranaguá em 2004 (PAIFER, 2013). Devido a este último incidente 91,53% dos pescadores entrevistados por Fuzetti (2007) pararam de pescar. Santos (2013) por meio de biomarcadores para identificar xenobióticos e metais em peixes da espécie *Cathorops spixii*, identificou estes componentes como prejudiciais à saúde destes peixes e relacionou o processo de dragagem do porto de Paranaguá como uma possível forma de disponibilização destes.

No caso da pesca industrial, os pescadores compararam a competição desigual no quesito “capacidade de pesca” e tecnologia entre suas embarcações de pequeno porte e petrechos tradicionais, e as embarcações industriais que vem de outras regiões e promovem a sobre-pesca em seus territórios tradicionais. Pescadores da Ilha do Mel também argumentam sobre a competição desigual com embarcações industriais de arrasto de camarão, principalmente os de Laguna, Itajaí e Santos, e os responsabilizam por parte da diminuição dos estoques (FUZETTI, 2007). Seja por embarcações de outras áreas do litoral do Paraná que vem pescar camarão ou com barcos industriais de Itajaí que pescam a tainha, devido à pressão do estoque da tainha por parte da pesca industrial, a comunidade de Barrancos relata que a sua pesca nos últimos dois anos tem diminuído. Na realidade diferentes estudos no litoral do Paraná concluíram que este tipo de pesca tem provocado conflitos ou/e impactos, como os de Pérez e Gómez (2014) em Superagui e o de Andreoli (2007) em Matinhos.

Além da competição, outro ponto relacionado à restrição do território se refere à percepção dos pescadores de leis e políticas que praticamente desconsideram as práticas tradicionais e territórios de uso dos pescadores artesanais em Barrancos. Eles percebem que nos últimos anos o território em que aproximadamente 80 anos utilizam e mantém uma relação de dependência está cada vez mais restrito.

Nas oficinas apontou-se a instrução da milha náutica como um instrumento que restringe o antigo território de pesca, especificamente no sentido de proibir igualmente os pescadores artesanais e industriais de pescarem dentro dos limites da primeira milha náutica (1.852 m), o que consequentemente impede a comu-

nidade de usufruir do território tradicionalmente utilizado e resulta em uma competição desleal com a pesca industrial. A Instrução Normativa n.º 29 MMA, de 6 de dezembro de 2004 no seu artigo 1º proíbi “qualquer tipo de pesca” de arrasto com portas, a menos de uma milha náutica da costa do estado do Paraná. Situação que teve impactos maiores sobre pescadores artesanais como apontam também trabalhos em Superagui (OLIVEIRA; Ribero Junior, 2007) e Ilha do mel (FUZETTI, 2007).

Outro exemplo citado pelos pescadores de Barrancos foi à tentativa de emplacar a Portaria IBAMA nº 12, de 20 de março de 2003 que regula os métodos, modalidades e petrechos dos pescadores no Paraná sem diferenciação do tipo de pesca. Segundo a comunidade estudada, esta portaria delimita a pesca de determinados produtos da sociobiodiversidade sem se levar em consideração o processo de elaboração de técnicas de pesca associadas ao território, que se constituiu numa relação de dependência, e sem nenhum ressarcimento. A comunidade da Ilha do mel questiona também a Instrução Normativa Interministerial n.º 26, de 19 de julho de 2005 que institui o Mapa de Bordo⁹, que de forma coerente deveria ser necessária apenas as grandes embarcações industriais, mas está sendo exigida pelo IBAMA aos pescadores artesanais, como se estas modalidades fossem as mesmas (FUZETTI, 2007).

Em relação à insegurança da comunidade de Barrancos com a criação do Parque Nacional Marinho de Currais (Lei nº 12.829, de 20 de junho de 2013) se refere à preocupação de que isto possa afetá-los com a possibilidade de limitar os espaços que utilizam para desenvolver a pesca, especificamente com as restrições do uso das áreas de amortecimento do parque. Os parques são uma das modalidades de Unidades de Conservação (UC's) regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e vistos como importantes instrumentos para a proteção ambiental. Entretanto, há inúmeros casos em que a criação dessas áreas resulta em conflitos (PIERRI; KIM, 2008 citado por FUZETTI, 2007).

Como exemplo destes conflitos pode ser citado o que ocorre pela criação do Parque Nacional de Superagui aprovado pelo Decreto n.º 97.688, de 25 de abril de 1989, que ao se sobrepor ao território dos pescadores artesanais impediu à continuidade das práticas agrícolas e de extrativismo, comprometendo o modo de vida e de reprodução social, econômica e cultural da comunidade (OLIVEIRA; Ribero Junior, 2007). A instalação do Parque Nacional do Superagui proibiu qualquer ati-

⁹Formulário de registro de dados sobre as operações de pesca da embarcação pesqueira.

vidade dentro da área que se encontra em sobreposição com o território dos pescadores, criando-se assim uma restrição de uso da natureza e do seu território de vida (OLIVEIRA; RIBERO JUNIOR, 2010).

No trabalho de Paifer (2013) os pescadores artesanais da Ilha do Mel da ponta oeste alegam que no processo de criação da Estação Ecológica, criada por meio do decreto nº 5.454 de categoria de proteção integral em 1982, o Estado não levou em consideração a existência de comunidades tradicionais nas proximidades, pois esta modalidade não permite a existência de moradores no seu interior e impõe restrições ao seu uso. O Estado impôs limitações para o desenvolvimento e que proíbem as suas práticas tradicionais, particularmente as atividades extrativista, por não serem compatíveis com a categoria da UC, repercutindo no modo de vida dos pescadores, ao qual foram submetidos a fortes pressões pelos órgãos ambientais (PAIFER, 2013).

Os órgãos ambientais mencionados no mapeamento da cadeia têm como uma das suas funções a regulação do uso do ambiente marinho, no entanto, tem sido um hábito institucional adotar medidas de caráter proibitivo sem diferenciação entre as categorias de pescadores, sem o conhecimento das práticas tradicionais e seus impactos na pesca artesanal, além de criar normas pouco debatidas com a sociedade local, sobretudo, os grupos diretamente atingidos. A legislação ambiental tem confrontado com os direitos dos povos e comunidades tradicionais, o que tem gerado conflitos (OLIVEIRA; RIBERO JUNIOR, 2010). No caso das cadeias de valores em questão - a elaboração da lei da milha náutica; a criação da portaria da malha; e restrição de territórios por parte da lei de criação do Parque Nacional Marinho de Currais.

Poucos são os casos relatados de normas em convergência com a pesca artesanal em Barrancos. Um dos poucos, por exemplo, o decreto da época de defeso do camarão instituída pela Instrução normativa IBAMA Nº 189, de 23 de setembro de 2008. Pois mesmo não podendo pescar o camarão neste período, os pescadores recebem o seguro-defeso, instituído pela Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, gerando uma contribuição na renda, em razão da proibição da pesca desse crustáceo. Essa situação mostra que o conflito entre os órgãos ambientais e os pescadores, não é a oposição quanto à proteção da natureza e, sim, a desconsideração dos efeitos negativos das leis conservacionistas sobre os pescadores artesanais.

Como se vê também na Figura 2 existem poucos agentes de serviços, representados pelo nível meso da cadeia de valor. Esse grupo representa organizações públicas ou privadas que realizam serviços ao longo da ca-

deia produtiva no intuito de fortalecer a cadeia de valor dos produtos da sociobiodiversidade. No caso da comunidade de Barrancos, foi lembrado o papel da EMATER na liberação do PRONAF. Todavia, ação que não se realiza mais.

Esta situação de constantes pressões no sentido de enfraquecer a pesca artesanal, narradas em Barrancos, mas com abrangência em todo litoral do Paraná, demonstra como a cadeia de valor dos produtos da sociobiodiversidade da comunidade está enfraquecida pelas próprias políticas públicas. Apesar do reconhecimento das comunidades a partir das conquistas de alguns direitos recentemente como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, ainda é notório a pouca visibilidade e voz nas políticas públicas e estas não têm conseguido fazê-los valer no caso de grandes projetos de infraestrutura (PAIFER, 2013).

Desta forma, os pescadores artesanais se vêem obrigados a lutar pelos seus direitos praticamente sozinhos, principalmente por meio dos movimentos de pescadores e pescadoras artesanais, como o MOPEAR. Uma das ações do MOPEAR é a tramitação na Câmara de Vereadores de Guaraqueçaba de uma lei municipal relacionada aos pescadores artesanais para que suas práticas sejam consideradas como patrimônio imaterial e a discussão com o ICMBio para a possibilidade de criação de reservas extrativista pesqueira (Resex Marinha) ou acordos de pesca para ter uma área exclusiva para as comunidades (OLIVEIRA; RIBERO JUNIOR, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se concluir o trabalho junto à comunidade evidencia-se que um dos entraves a manutenção da sociobiodiversidade tem sido o predomínio do viés preservacionista na aplicação das políticas públicas, neste caso observado, induzindo de forma indireta a exclusão social de pescadores artesanais e seus conhecimentos tradicionais, sem que se resolva necessariamente a questão da conservação dos recursos naturais marinhos.

Ante a imposição do modo de implementar estas políticas preservacionistas com intuito de garantir a biodiversidade, a cadeia de valor pesquisada aponta para a possibilidade historicamente favorável a uma conservação controlada pelos pescadores artesanais. Dissociar essa interação pode colocar em risco não só a biodiversidade, mas também conceder espaço para as formas de exclusão social promovidas pela incoerência de algumas políticas públicas ambientais, ao desconsiderar esses grupos sociais que ao longo de quase um século vem conservando os recursos naturais através das suas práticas de pesca artesanal. Nesse sentido, a falta de

leis que assegurem a regulamentação de acesso ao território de pesca aos pescadores artesanais é atualmente o maior entrave da cadeia de valor dos produtos da sociobiodiversidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.; BASSO, F.; PIRES, L.

Guia de governança em cadeias de valor da sociobiodiversidade: experiências e aprendizados de grupos multi-institucionais do Castanha do Brasil e Borracha-FDL no Acre. Brasília: GIZ, Núcleo Maturi, UICN, WWF-Brasil, 2012. 54 p. Disponível em: <d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net>. Acesso em: 06 out. 2013.

ANDREOLI, V. M. *Natureza e pesca: um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos - PR*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. 136 f. Disponível em: <<http://www.pgsocio.ufpr.br/docs/defesa/dissertacoes/2007/VANESSAMARION.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

BRASIL. Decreto nº 5.454 - cria a estação ecológica da ilha do mel. *Diário Oficial da União*, Brasília, set. 1982. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/atos_de_criacao/18cria_eeilhadomel.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2015.

_____. Decreto n.º 97.688 - cria, no estado do paraná, o parque nacional do superagui, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, abr. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97688.htm>. Acesso em: 16 ago. 2015.

_____. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. regulamenta o art. 225 - institui o sistema nacional de unidades de conserva o da natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. Lei n.º 10.779 - dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. *Diário Oficial da União*, Brasília, nov. 2003. Disponível em: <www.ibama.gov.br/category/40?download=2626%3A26-2005_-p-.p->. Acesso em: 19 ago. 2015.

_____. Portaria IBAMA n.º 12. *Diário Oficial da União*, Brasília, mar. 2003. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Portaria_Ibama_12_2003.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2015.

_____. Instru o normativa MMA n.º 29. *Diário Oficial da União*, Brasília, dez. 2004. Disponível em: <www.ibama.gov.br/category/40?download=1285%3A_-29_2004.p->. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. Instru o normativa MMA n. 5. *Diário Oficial da União*, Brasília, maio 2004. Disponível em: <www.prpe.mpf.mp.br/internet/content/download/.../in052004mma.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. Instru o normativa interministerial n. 26. *Diário Oficial da União*, Brasília, jul. 2005. Disponível em: <www.ibama.gov.br/category/40?download=2626%3A26-2005_-p-.p->. Acesso em: 22 ago. 2015.

_____. Decreto n.º 6.040 - institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, fev. 2007. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94949/decreto-6040-07>>. Acesso em: 06 out. 2013.

_____. Instru o normativa IBAMA n.º 189 - estabelece o período de defeso do camarão nas regiões sul e sudeste do país. *Diário Oficial da União*, Brasília, set. 2008. Disponível em: <www.ibama.gov.br/category/40?download=2687%3A_-189_08.p->. Acesso em: 02 ago. 2013.

_____. Lei n.º 12.829 - cria o parque nacional marinho das ilhas dos currais, no estado do paraná. *Diário Oficial da União*, Brasília, jun. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12829.htm>. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. Ministério da pesca e da aqüicultura. Brasília, 2013. Disponível em: <www.mpa.gov.br>. Acesso em: 23 set. 2013.

BURDA, C. L. *Análise ecológica da pesca artesanal e consumo de pescado por quatro comunidades pesqueiras da costa de Itacaré (BA)*. Disserta o (Mestrado em Ecologia,  rea de Concentra o Sistemas Aquáticos Tropicais) — Setor de Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007. 109 f. Disponível em: <http://nbcgib.uesc.br/ppgsat/files/PPGSAT/Defesas%202007/Carla_Luisa_Burda.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2015.

- CHAVES, P. de T.; ROBERT, M. de C. Embarcações, artes e procedimentos da pesca artesanal no litoral sul do estado do paraná, brasil. *Atlântica*, v. 25, n. 1, p. 53 – 59, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237737470_EMBARCAES_ARTES_E_PROCEDIMENTOS_DA_PESCA_ARTESANAL_NO_LITORAL_SUL_DO_ESTADO_DO_PARAN_BRASIL>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- FUZETTI, L. A. *A Pesca na Ilha do Mel (Paraná-Brasil): pescadores, atividades e recursos pesqueiros*. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) — Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. 128 f. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/10275/Dissertacao_Fuzzetti_final.pdf?sequence=1/2007/VANESSAMARION.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- GTZ. *Guia Metodológico de Implementação de Oficinas de Promoção de Cadeias de Valor*. Brasília: [s.n.], 2009. 130 p.
- LOPES, R. da G. *A pesca do camarão sete barbas Xiphopenaeus kroyeri, Heller (1862) e sua fauna acompanhante no litoral do estado de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) —  rea de zoologia, Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1996. 106 f.
- OLIVEIRA, M. E. A. de; Ribero Junior, R. A. *Povos e comunidades tradicionais: Conflitos Territoriais*. Curitiba, 200?. Disponível em: <<https://territorioautonomofiles.wordpress.com/.../povos-e-comunidades-t...>> Acesso em: 12 ago. de 2015. 200? Disponível em: <<https://territorioautonomofiles.wordpress.com/.../povos-e-comunidades-t...>> Acesso em: 12 ago. 2015.
- OLIVEIRA, M. E. A. de; RIBERO JUNIOR, R. A. Novos movimentos sociais no sul do brasil: a afirmação territorial dos povos e comunidade tradicionais a partir da cartografia social. In: *Anais do Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Lutas camponesas e indígenas na América Latina*. Londrina: [s.n.], 2010. p. 62 – 72. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt1/7_marinaarmstrong.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- PAIFER, B. M. *Comunidade de pescadores artesanais da ponta oeste Ilha do Mel (PR) conflitos e condicionantes*. Matinhos: (Graduação em Gestão Ambiental) - Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2013. 57 f. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/36731/Bruno%20Mathias%20Paifer.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- PEREIRA, B.; DIEGUES, A. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconserva  o. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 22, n. 0, 2010. ISSN 2176-9109. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/16054>>.
- PEREZ, M. S.; GÓMEZ, J. R. M. Políticas de desenvolvimento da pesca e aquicultura: Conflitos e resistências nos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais da vila do Superagui, Paraná, Brasil. *Sociedade & Natureza*, scielo, v. 26, p. 35 – 47, 04 2014. ISSN 1982 - 4513. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132014000100035&nrm=iso>.
- PIERRI, N.; KIM, M. K. A sustentabilidade social como condição para a conservação, o caso da ilha do mel (paraná, brasil). In: *Anais ENANPPAS*. Brasília: [s.n.], 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT16-767-1065-20080510232741.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2015.
- SANTOS, A. T. S.; QUINTAIROS, R. R. D. *Caracterização da piscicultura no município de Capitão Poço, nordeste do estado do Pará - Brasil*. Castanhal: Instituto Federal do Pará, 2013. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Aquicultura). 2013.